

O DIVÃ DO ESPÍRITO

*a importância da psicanálise na formação
da teoria social adorniana*

THE SPIRIT'S COUCH
*the importance of psychoanalysis in the formation of the adornian
social theory*

Henrique de Almeida Valle¹

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade de Brasília. E-mail: henrique.almeida.valle@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6677820335487417> . ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2592-9904>.



RESUMO: O presente trabalho tem como seu objetivo principal mapear a apropriação crítica do aparato conceitual da metapsicologia freudiana realizada pelo filósofo alemão Theodor Adorno em algumas articulações presentes na Dialética do Esclarecimento. Em um primeiro momento, a análise busca evidenciar como as aporias do tratamento do problema epistemológico da relação entre filosofia transcendental e psicanálise presente na Habilitação de 1927, a primeira tentativa adorniana de interpretar filosoficamente o pensamento freudiano desembocam na formação do quadro conceitual da Dialética do Esclarecimento. Em seguida, evidencia-se como o núcleo desse quadro tem como um dos seus pontos essenciais uma tensão entre teses da metapsicologia freudiana e da filosofia hegeliana, onde determinados elementos são redimensionados e organizados sob a forma de uma crítica da racionalidade instrumental.

Palavras-chave: Adorno. Psicanálise. Freud. Dialética.

ABSTRACT: The present work has as its goal to map the critical appropriation of the conceptual apparatus of the freudian metapsychology made by the german philosopher Theodor Adorno in some articulations present in the Dialectic of Enlightenment. Firstly, the analysis seeks to highlight how the aporias of the treatment of the epistemological problem of the relation between transcendental philosophy and psychoanalysis present in the Habilitation of 1927, the first adornian attempt to philosophically interpret the freudian thought, ends in the formation of the conceptual framework of the Dialectic of Enlightenment. Then, it emphasizes how the center of this framework has as it one of its essential points a tension between arguments of the freudian metapsychology and the hegelian philosophy, where determined elements are redimensioned and organized in the form of a critique of the instrumental rationality.

Keywords: Adorno. Psychoanalysis. Freud. Dialectics.



Nada é verdadeiro na psicanálise, exceto seus exageros.

(T. Adorno, Minima Moralia)

INTRODUÇÃO

Buscando superar o estado de ossificação das formas tradicionais de especulação teórica, sobretudo as do marxismo ortodoxo, os autores da Escola de Frankfurt encontraram na psicanálise uma nova forma radical de investigação capaz de, segundo Martin Jay (2008, p.139), fornecer o elo que faltava entre a superestrutura cultural e sua base socioeconômica, suplementando assim uma concepção materialista do agir humano com o aparato de uma rica teoria das leis da subjetividade. Contudo, apesar de essa ser a leitura mais familiar e difundida de figuras como Adorno, Horkheimer e Fromm, toda leitura da teoria crítica que se proponha como meticulosa deve ter como seu norte heurístico um conselho apresentado no prefácio da Fenomenologia do Espírito:

O bem-conhecido em geral, justamente por ser bem-conhecido, não é reconhecido. É o modo mais habitual de enganar-se e de enganar os outros: pressupor no conhecimento algo como já conhecido e deixá-lo tal como está. Um saber desses, com todo o vaivém de palavras, não sai do lugar – sem saber como isso lhe sucede (HEGEL, 2002, p. 40).

Apesar do empreendimento exegético que busca localizar uma unidade dos esforços desses pensadores ter seu elemento de verdade, o foco desmedido na unidade pode esmagar a rede de nuances e diferenças que permite distinguir o pensamento de um autor de outro, impossibilitando que uma leitura precisa seja construída. No que toca a interpretação da obra de Adorno, essa questão se torna especialmente delicada, dada a significativa diferença do seu trabalho intelectual em relação a outros teóricos críticos. Como aponta Buck-Morss (1977, p.12), ler Adorno exclusivamente a partir das coordenadas fornecidas por rótulos historiográficos amplos como teoria crítica e Escola de Frankfurt não é apenas insuficiente como desvantajoso, se tornando um procedimento que gera interpretações confusas que não se adequam com o que de fato ocorre nos textos.



Tomando essa dificuldade interpretativa como um elemento instigante, o presente trabalho tem como seu objetivo central analisar uma linha de força específica da obra de Adorno: a crítica da psicanálise freudiana. Segundo Sherratt (2002, p. 1), apesar da riqueza interpretativa produzida pelos pesquisadores que estudam o pensador frankfurtiano, existe ainda uma lacuna bibliográfica no que corresponde a dívida intelectual de Theodor Adorno com Sigmund Freud, um assunto bem-conhecido em geral, mas não propriamente reconhecido.

Muitas questões importantes sobre Adorno e Freud permanecem em aberto. Primeiro, questões sobre o uso que Adorno faz de Freud emergem diante do horizonte de sua herança intelectual alemã. Precisamos compreender como ele conecta uma visão história idealista/materialista pós-kantiana com a psicanálise. Em segundo lugar, há poucas análises sobre a natureza da apropriação que Adorno faz de Freud. Que aspectos de Freud Adorno apropriou e como; que ideias ele desenvolveu, criticou e rejeitou? Finalmente, uma série de questões também permanecem em aberto quais conexões que o uso que Adorno faz de Freud tem com suas outras ideias filosóficas. Como esse uso de Freud ilumina, por exemplo, sua crítica social, sua noção de história ocidental, esclarecimento, mito, conhecimento e, sobretudo, estética (SHERRATT, 2002, p. 15-6).

Buscando mapear as relações entre a psicanálise e a teoria social adorniana, julgou-se estratégico situar o foco da análise sobre aquilo que Marcos Nobre (1998, p.15) denomina “paradigma da Dialética do Esclarecimento”, um recurso interpretativo que enfatiza a posição privilegiada do texto de 1944, dado seu papel de fundamento histórico-filosófico para o pensamento adorniano tardio. Trata-se, portanto, de investigar como determinadas teses desse importante momento da biografia intelectual de Adorno emergem a partir da apropriação crítica dos conceitos da metapsicologia freudiana. A investigação terá como seu fio condutor a apuração da tensa relação que é produzida a partir do contato da psicanálise com a filosofia hegeliana, relação essa que tem como fruto a geração de um novo paradigma de teoria social. Contudo, antes de entrar especificamente na análise, é previamente necessário expor a origem do campo de força no qual essas problemáticas foram desenvolvidas.



1 CONSTITUIÇÃO DE UM CAMPO DE FORÇA

Apesar de indicações metodológicas serem esparsas nos textos adornianos, resultado de um pensamento que busca evidenciar os problemas inerentes ao formalismo e à autonomização do método, os poucos momentos metacríticos onde o filósofo busca evidenciar determinadas operações de sua filosofia se revelam elucidativos. Em específico, dois conceitos metacríticos se destacam: o de constelação e o de campo de força. O estatuto desses conceitos é paradoxal, sendo ao mesmo tempo tanto instrumento quanto objeto de leitura. A constelação, de origem benjaminiana, pode ser entendida como um novo modelo da antiga questão da apresentação (*Darstellung*). Em *Origem do Drama Trágico Alemão*, seu estatuto aparece sob a forma de “um conceito auxiliar abstrato para ordenar e tornar apreensíveis séries infinitas de múltiplos fenômenos espirituais e das mais diversas personalidades (BENJAMIN, 2013b, p.28). Diferentemente das versões tradicionais e sistemáticas, a constelação é um modelo de apresentação que quebra o jugo dos conceitos autocráticos de essencialidade e fundamento, sendo capaz de, a partir de sua fragmentariedade e plasticidade, continuamente atualizar a apresentação de um fenômeno. Em síntese, trata-se de um modelo que toma a *ideia* como uma configuração tal que, na medida em que é capaz de comportar as determinações de opostos extremos, sua representação só se torna possível após todo o círculo de seus extremos possíveis terem sido virtualmente percorridos (BENJAMIN, 2013b, p.35). Já o conceito de campo de força remete a um determinado conglomerado relacional de atrações e repulsões que constituem a estrutura dinâmica e transmutativa de todo e qualquer fenômeno complexo (JAY, 1984, p. 14-15).

As coisas não são diferentes no que tange à compreensão. Ela não vive de reservas. Cada pensamento é um campo de forças e, assim como o conteúdo de verdade de um julgamento não pode ser separado de sua execução, as únicas ideias verdadeiras são aquelas que transcendem sua própria tese. Uma vez que elas têm que dissolver visões cristalizadas dos objetos - o precipitado mental da ossificação social -, a forma de reificação que consiste em manter um pensamento como um bem estável opõe-se a seu próprio sentido (ADORNO, 1996, p. 45).



Segundo Martin Jay (1984, p.15), Adorno utilizava conjuntamente esses conceitos para capturar o jogo sutil e cambiante das diversas dimensões dos objetos investigados: o objetivo e o subjetivo, o particular e o universal, o natural e o histórico. Portanto, o que se destaca é uma recusa da estaticidade e da hierarquização, buscando constantemente avançar o pensamento através dos paradoxos que emergem do choque dos extremos dos materiais perscrutados. Dada essa plasticidade metodológica, é necessário perguntar: que constelações são necessárias para articular o campo de força presente na *Dialética do Esclarecimento*? Quais são as formas que encorpam as suas forças históricas e conceituais? Como o início de uma possível resposta, uma exposição histórica e genética pode ser acionada.

Durante o período nomeado por Pettazzi (1979, p.35) como “fase transcendental”, Adorno, na época um neokantiano heterodoxo, estava interessado em apurar a importância das condições transcendentais do conhecimento. Enquanto tratou do problema da transcendentalidade dos objetos externos da consciência na sua primeira crítica à fenomenologia husserliana, onde buscava “esclarecer e corrigir a contradição entre os componentes transcendentais-idealistas e transcendentais-realistas na teoria husserliana da coisa” (ADORNO, 2007, p.119), em *O Conceito de Inconsciente na Doutrina Transcendental da Alma*, a famosa *Habilitação* de 1927, o inconsciente é enquadrado como um problema epistemológico decisivo.

Como exposto em seu prefácio, o texto estabelece como seu objetivo primário “determinar transcendentalmente o conceito de inconsciente e fundamentar transcendentalmente a ciência dos objetos inconscientes” (ADORNO, 2007, p. 127), cujo resultado final apareceria sob a forma de uma “fundamentação transcendental universal da psicanálise como ciência” (ADORNO, 2007, p. 405). Utilizando as ferramentas conceituais do arsenal da filosofia transcendental, Adorno (2007, p. 403-4), na medida que fundamenta transcendentalmente o conceito de inconsciente, por um lado, indica como a filosofia kantiana, sobretudo a seção dos paralogismos psicológicos da *Crítica da Razão Pura*, uma vez que nela é realizada uma crítica metafísica da alma, é capaz de construir um espaço de legitimidade para uma teoria do inconsciente, por outro, aponta os limites de atuação da abordagem kantiana em problemas estritamente psicológicos, dado que Kant apenas realiza uma crítica formal do eu que pensa, da apercepção transcendental enquanto unidade da



consciência, e não uma análise objetiva do ser psíquico permanente. Onde o campo de atuação da filosofia crítica termina, o da psicanálise começa.

A psicanálise e o seu método aparecem na *Habilitação* como a única teoria do inconsciente capaz de responder às exigências da filosofia crítica, tanto por sua análise da unidade e das leis do complexo da consciência quanto por seu exame do complexo intratemporal psíquico (ADORNO, 2007, p. 416-7). Diferentemente das teorias tradicionais do inconsciente, que postulavam metafisicamente um inconsciente puramente transcendente e independente da consciência, a psicanálise compreende “o inconsciente como uma forma de construção conceitual que tem no consciente seu único e exclusivo fundamento e que precisa se legitimar no consciente” (ADORNO, 2007, P. 424). Adorno, a partir dessa diferenciação metodológica decisiva, que marca o abismo entre a psicanálise e as teorias tradicionais do inconsciente, passa a desenhar as linhas gerais do começo de uma crítica da ideologia a partir da função social que as duas posições assumem.

Não se pode afastar a suspeita de que a contradição entre as filosofias do inconsciente e a ordem econômica dominante é aproveitada de forma complementar; de que a teoria deve completar o que falta na realidade, e ao mesmo tempo transfigurar as faltas da realidade da realidade; em outras palavras, de que ela é aproveitada como ideologia. O papel ideológico das doutrinas do inconsciente é evidente em mais de um ponto de vista. Em primeiro lugar, todas essas doutrinas querem desviar a atenção das formas econômicas dominantes e da preponderância do econômico, ao demonstrarem que, para além dos poderes econômicos, existem outros, não menos atuantes, independentes da consciência em todo sentido, e, assim, subtraídos à tendência econômica da racionalização; que, portanto, restam ao indivíduo ilhas às quais ele pode se retirar, escapando da maré da luta na consciência econômica. (ADORNO, 2007, p.421-422)

Esse é um momento decisivo não apenas do texto, mas da formação intelectual de Adorno. Apresenta-se aqui a ruptura de um neokantismo heterodoxo, mas estritamente acadêmico, que vai em direção à um pensamento crítico que incorpora uma gramática marxista de questões, enquadrando as teorias tradicionais do inconsciente como o suplemento ideológico capaz naturalizar, ou até mesmo teologizar, as formas sociais e políticas que expressam a realização cega da dissolução da ordem econômica vigente: o fascismo e o imperialismo (ADORNO, 2017, p. 423). Sob esse crivo crítico, a psicanálise, na medida em que impõe um primado do conhecimento sobre o inconsciente, aparece como

uma teoria do psíquico capaz de promover uma diluição dessas ideologias a partir de “um desencantamento do inconsciente” (ADORNO, 2017, p. 424), removendo tanto os elementos metafísicos quanto as possibilidades de um refúgio subjetivista em um outro mundo. Contudo, o esclarecimento promovido por Freud não é unívoco, mas, ao passo que pressupõe o inconsciente de forma naturalista, corre o risco de cair na mesma transcendência das doutrinas tradicionais (ADORNO, 2017, p. 425). Essa dificuldade que Freud encontra em historicizar aquilo que considera natural, é o que leva Adorno a desenvolver aquilo que ele denomina sua contribuição à “discussão frankfurtiana” (ADORNO, 2017, p. 477).

2 EGO E ESCLARECIMENTO

A transformação que Adorno experimenta entre 1927 e 1944 é marcada por continuidades e descontinuidades. Em certo sentido, tanto a *Habilitação* quanto a *Dialética do Esclarecimento* compartilham o mesmo propósito: elaborar o objetivo do esclarecimento. Contudo, enquanto no prefácio da *Habilitação* esse propósito é posto como buscando a “destruição de teorias dogmáticas e formação, em seu lugar, daquelas fundadas na experiência e são indubitavelmente certas para a experiência” (ADORNO, 2007, p. 127), na *Dialética do Esclarecimento* esse propósito é substancialmente radicalizado. Essa radicalização deve ser compreendida como uma resposta ao profundo abismo histórico cavado pela violência brutal do horror nazifascista, um evento tão atroz que, na visão de Adorno, obrigou todo espectador a conceituar a barbárie não como uma exceção do esclarecimento, mas como seu limite interno e consequência imanente. A partir do Holocausto, torna-se imperativo desdobrar o conceito de esclarecimento, revelando as tensões conflituosas entre suas forças emancipadoras e regressivas, que animam os diversos registros da racionalidade ocidental. Em síntese, trata-se de revelar como a racionalidade, no percurso do seu processo de autonomização, se converte em seu contrário na medida em que é incapaz de fazer um juízo crítico do núcleo pulsional que subterraneamente a anima e das consequências negativas do seu desenvolvimento. Um imperativo expressado pelos autores muitas vezes na forma de uma ironia melancólica.



Uma das lições que a era hitlerista nos ensinou é a de como é estúpido ser inteligente. Quantos não foram os argumentos bem fundamentados com que os judeus negaram as chances de Hitler chegar ao poder, quando sua ascensão já estava clara como o dia! Tenho na lembrança uma conversa com um economista em que ele provava, com base nos interesses cervejeiros bávaros, a impossibilidade da uniformização da Alemanha. Depois, os inteligentes disseram que o fascismo era impossível no Ocidente. Os inteligentes sempre facilitaram as coisas para os bárbaros, porque são tão estúpidos (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 173).

A tarefa é apresentada da seguinte forma: “descobrir por que a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova barbárie” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 11). As estrelas que compõem a constelação da investigação, em grande parte, são as mesmas da *Habilitação* (Kant, Marx e Freud), mas com uma adição decisiva a partir dos anos 30: Hegel, a grande referência da cosmologia adorniana. Todas essas figuras compartilham o mesmo estatuto, sendo ao mesmo tempo uma íntima expressão dos impasses da racionalidade esclarecida e uma linha de fuga capaz de expor os mecanismos de violência e dominação que emergem do desenvolvimento contínuo dessa racionalidade. Dessa forma, a grande aposta metodológica se encontra na tentativa de depurar os elementos regressivos de cada autor a partir de uma contraposição multilateral, compondo um campo de forças onde cada conceito entra em conflito com outro, conseqüentemente causando uma transformação contínua e sobredeterminada de teses particulares. Um modelo de crítica cuja consequência é a geração de um novo paradigma conceitual.

Em um nível mais fundamental, todavia, o livro é um estudo da estrutura do “esclarecimento”. Liberar a razão ou o esclarecimento, assim como todo fenômeno social, expressa a contradição de, ao mesmo tempo, ser tanto si mesmo quanto ser algo outro – uma unidade de opostos. A dialética do esclarecimento pode ser caracterizada em duas teses curtas: “mito já é esclarecimento” e “esclarecimento se reverte em mitologia”. Observando o esclarecimento, como um comentarista sucintamente colocou, ‘como sujeitado através da história a uma dialética onde facilmente garante a si próprio de um estatuto absoluto sobre e contra seus objetos, assim constantemente colapsando em novas formas das condições da repressão primitiva de que anteriormente buscava superar’. Através do desenvolvimento dessa tese, Horkheimer e Adorno esperavam reavaliar muitos dos problemas tradicionais postos pelo pensamento idealista alemão. Em particular,



buscavam reformular, dentro de um contexto histórico e dialético, a preocupação com a razão e a verdade (HELD, 2004, p. 149).

Esse novo mecanismo dialético, o entrelaçamento entre os conceitos de mito e esclarecimento, é a expressão de um paradigma teórico que busca elaborar uma nova teoria da sociedade. Apesar de Adorno se reconhecer como um herdeiro da filosofia alemã, incorporando o pensamento de Kant, Hegel e Marx, ele é também um crítico severo de algumas teses desses autores e sua recepção posterior, sobretudo no que toca a especulação a respeito do sentido e meta da história. Evitando tematizar a história como uma marcha escatológica para a realização do conceito de liberdade, seja através do estabelecimento de um corpo estatal capaz de efetivá-la no mundo, como presente nas filosofias da história de Kant e Hegel, ou de uma insurreição revolucionária que, beirando um apocalipsismo teológico, destruiria as bases do nosso mundo e eliminaria a injustiça produzida pelo antagonismo da sociedade de classes, como presente nas versões vulgares do marxismo, Adorno desloca o foco da crítica da análise das transformações das manifestações do espírito objetivo para a crítica dos modelos de experiência que uma determinada racionalidade assume durante seu desenvolvimento, tendo como um de seus fios condutores o problema da dominação da natureza, a objetiva e a subjetiva. Nessa passagem, uma certa conquista teórica é observável: a desierarquização da relação entre objetividade e subjetividade, permitindo que um novo modelo interpretativo dos fenômenos histórico-sociais propriamente dialético fosse elaborado. Contudo, ao quebrar a ênfase objetivista, era necessário um suplemento teórico que fornecesse as ferramentas para uma nova teoria da subjetividade, algo que Adorno encontrou nos textos de Freud. Dessa forma, o paradigma conceitual da *Dialética do Esclarecimento* deve ser compreendido como um encontro com os problemas da filosofia alemã e do marxismo com as ferramentas da metapsicologia freudiana. Um tipo de aliança que, apesar de polêmica, é capaz de conciliar as metas da psicanálise e da teoria crítica, sejam elas epistemológicas ou históricas. Como uma forma de investigar as conexões entre dialética e psicanálise, é prolífico seguir a via apontada por Hyppolite (1989, p. 59), onde compreende-se que tanto Freud quanto Hegel, apesar de suas notórias diferenças, reservam um papel importante à noção de retrospectão, que implica um movimento de desvelamento processual da verdade da subjetividade de um sujeito.



No pensamento do filósofo alemão há uma reciprocidade operacional entre retrospectiva e progressão, entre retornar e avançar. O percurso *Fenomenologia do Espírito*, apesar da sua complexa sinuosidade, pode ser essencialmente compreendido como uma pedagogia da consciência, um esforço que busca retirá-la de sua naturalidade ordinária, da certeza que “se faz passar a si mesma pela verdade mais abstrata e pobre” (HEGEL, 2002, p. 83), elevando-a a um posto de vista universal. Esse projeto é executado a partir de uma demonstração da inverdade da consciência natural, revelando como a separação entre a certeza do sujeito e a verdade do objeto é insustentável (WILLIAMS, 1992, p. 101). Um tipo de progressão processual marcada por colapsos e emergências de novos modelos de experiência, partindo daquilo que é mais simples e progredindo ao mais complexo.

A consciência natural vai mostrar-se como sendo apenas conceito do saber, ou saber não real. Mas enquanto se toma imediatamente por saber real, esse caminho tem, para ela significação negativa: o que é a realização do conceito vale para ela antes como perda de si mesma, já que nesse caminho perde sua verdade. Por isso esse caminho pode ser considerado o caminho da dúvida [Zweifel] ou, com mais propriedade, caminho de desespero [Verzweiflung]; pois nele não ocorre o que se costuma entender por dúvida: um vacilar nessa ou naquela pretensa verdade, seguido de um conveniente desvanecer-de-novo da dúvida e um regresso àquela verdade, de forma que, no fim, a Coisa seja tomada como era antes (HEGEL, 2002, p. 72).

Esse avançar pelo caminho da dúvida, afetivamente marcado pela angústia e a incerteza, se revela como uma retrospectiva na medida em que o sujeito progressivamente descobre a verdade superior que anima as formas anteriores da consciência. O capítulo 4 da *Fenomenologia* aparece como um ponto nodal dessa trajetória. A consciência, buscando sua verdade, se depara com a constatação de que só pode ser em si e para si mesma na medida em que também é em si e para si para uma outra consciência, ou seja, se depara com a constatação de que só conseguirá alcançar sua verdade a partir de um gesto de reconhecimento do outro (HEGEL, 2002, p. 142). Contudo, quando apresentadas imediatamente, diferentes consciências ainda não são capazes de apresentar-se uma para a outra como consciência-de-si, mas apenas como meros objetos comuns. Estão certas de si mesmas, mas não da outra, um descompasso que produz um violento conflito.



Enquanto agir do Outro, cada um tende, pois à morte do Outro. Mas aí está também presente o segundo agir, o agir por meio de si mesmo, pois aquele agir do Outro inclui o arriscar a própria vida. Portanto, a relação das duas consciências-de-si é determinada de tal modo que elas se provam a si mesmas e uma a outra através de uma luta de vida ou morte (HEGEL, 2002, p. 145).

Instaura-se, portanto, um dilema antropológico e existencial, onde, em um jogo de espelhos, cada consciência tende à aniquilação da outra. Dessa forma, o espírito hegeliano apenas se eleva à sua verdade através da elaboração do sofrimento e da violência.

Porém, não é a vida que se atemoriza ante a morte e se conserva intacta da devastação, mas é a vida que suporta a morte e nela se conserva, que é a vida do espírito. O espírito só alcança sua verdade na medida em que se encontra a si mesmo no dilaceramento absoluto. Ele não é essa potência como o positivo que se afasta do negativo – como ao dizer de alguma coisa que é nula ou falsa, liquidamos com ela e passamos a outro assunto. Ao contrário, o espírito só é essa potência enquanto encara diretamente o negativo e se demora junto dele. Esse demorar-se é o poder mágico que converte o negativo em ser (HEGEL, 2002, p.41-2).

Esse dilaceramento, como aponta Williams (1992, p. 131), não é meramente negativo, mas constitui o impulso substancial da educação da consciência ordinária. O espírito é forçado a dilacerar-se para conquistar seu mais profundo desejo: a liberdade. Na última seção da *Filosofia do Direito* essa jornada é identificada com a história do mundo. Dessarte, a forma e o conteúdo da história é “a configuração do espírito na forma do acontecer” (HEGEL, 2022, p.687). A história mundial, enquanto tribunal do mundo, é pensada por Hegel como a longa marcha da “exposição e efetivação do espírito universal” (HEGEL, 2022, p.683), ou seja, da exteriorização e realização da efetividade que anima todas as atividades do espírito. Cada conflito particular, cada gesto de automutilação do espírito, deve ser apreendido como um degrau uma ascensão em direção a um estágio superior, propriamente universal, onde a liberdade subjetiva é capaz de se tornar efetiva em uma forma objetiva que lhe faça justiça. Há, portanto, em cada horror uma promessa de conciliação, a esperança de uma configuração que permita que os particulares saiam de sua luta fratricida e possam ser conduzidos à unidade substancial. Uma promessa que aparece sob a forma do princípio do Estado moderno.

O Estado é a efetividade da liberdade concreta; ora, a liberdade concreta consiste em que a singularidade pessoal e os seus interesses particulares tanto



tenham o seu desenvolvimento completo e o reconhecimento do seu direito para si (no sistema da família e da sociedade civil) quanto, em parte, passem por si mesmos ao interesse do universal, em parte, como sabe e vontade, reconheçam-no como o seu espírito substancial e sejam ativos a favor do universal como o seu fim último, e isso de tal maneira que nem o universal valha e possa ser consumado sem o interesse, o saber e o querer particulares, nem os indivíduos vivam apenas para estes últimos como pessoas privadas sem querê-los simultaneamente no universal e para o universal, e sem que tenham atuação consciente desse fim. O princípio dos Estados modernos tem esse vigor e esta profundidade prodigiosos de deixar o princípio da subjetividade completar-se até o extremo autônomo da particularidade pessoal e, ao mesmo tempo, de reconduzi-lo à unidade substancial e, assim, de manter essa unidade no princípio mesmo da subjetividade (HEGEL, 2022, p.544-5).

Uma posição insustentável tanto para Freud quanto para Adorno.

Apesar de notórias semelhanças, o tema da retrospectiva toma outras dimensões dentro da psicanálise. Em *O Mal-Estar na Civilização*, Freud utiliza o processo de escavação arqueológica de uma cidade como uma metáfora para ilustrar a tarefa clínica do desvelamento das tramas subterrâneas organizadas no inconsciente do aparelho psíquico.

Façamos agora a fantástica suposição de que Roma não seja uma morada humana, mas uma entidade psíquica com um passado igualmente longo e rico, na qual nada que veio a existir chegou a perecer, na qual, juntamente com a última fase de desenvolvimento, todas as anteriores continuam a viver. Isso significa que em Roma os palácios dos césores e o *Septizonium* de Sétimo Severo ainda se ergueriam sobre o Palatino, que o Castelo de Sant'Angelo ainda mostraria em suas ameias as belas estátuas que o adornavam até a invasão dos godos (FREUD, 2010b, p. 22-3).

Essa metáfora expõe uma noção singular de temporalidade. Da mesma forma que a infraestrutura de Roma, delimitada pela história das diversas revoluções arquitetônicas as quais a cidade foi submetida, moldando decisivamente seu cotidiano, o sujeito freudiano tem sua biografia marcada por uma sucessão de traumas. Em Freud, esses acúmulos traumáticos não se orientam a partir dos ditames de uma lógica temporal tradicional, onde passado, presente e futuro estão operacional e categoricamente definidos, mas intensivamente dissolvidos um no outro, sendo incessantemente repetidos no caos pulsional (MEZAN, 2013, p. 259). Dessa forma, no trabalho clínico, toda retrospectiva é um avançar e todo avançar é uma retrospectiva, já que o processo de elaboração de um trauma coincide com a repetição mediada de uma pulsão. Apesar da pluralidade de eventos a que um



indivíduo pode estar sujeito ao longo de sua vida, todos os aparelhos psíquicos compartilham determinados marcos de seu desenvolvimento, repartindo assim um conjunto de angústias e dilemas com toda a humanidade. A própria socialização é entendida aqui como um processo agressivo que deixa as mais profundas marcas na subjetividade. Seja pelos limites e determinações de um modelo de produção ou tipos ideais de uma cultura, a ontogênese do aparelho psíquico, toda a narrativa do seu processo formativo, é marcada por uma sequência agonizantes de tentativas fracassadas de reconciliação entre a interioridade pulsional e as imposições da exterioridade.

Os conceitos de instinto e sublimação são fundamentais para capturar o núcleo da questão. Assim como Hegel, que afirma que o sujeito pode apenas alcançar sua verdade seguindo a via do negativo, engajando e reconhecendo aquilo que lhe é outro, Freud entende que o indivíduo é um algo, um Id, irreconhecível e inconsciente, que tem apenas na sua superfície uma consciência, um Eu (FREUD, 2011, p, 30). Ao nascer, a criança é puro Id, pura produção e puro consumo de desejo, que, na medida que engaja com o exterior e suas imposições, desenvolve seu Eu, uma instância psíquica essencialmente administradora, econômica e judicante. Há, portanto, dois estratos categoricamente delimitados pelos quais um ato psíquico pode circular: a região consciente, a morada do Eu, e a inconsciente, lugar do Id. Contudo, devido ao fato de Id e Eu operarem a partir de lógicas e procedimentos discrepantes, um puramente interno, sem contato sensível com o exterior, buscando simplesmente a satisfação de seus desejos, e o outro buscando a homeostase libidinal para garantir a sobrevivência do corpo, sendo responsável por mediar tanto as demandas do interior quanto do exterior, instaura-se um conflito irreconciliável. Dessa luta, o Eu emerge vitorioso, instalando, por conseguinte, o regime de uma lei que determinará quais pensamentos e desejos poderão alcançar a luz da consciência e quais serão censurados, sendo restritos aos porões inconscientes (FREUD, 2010a, p.109). Contudo, esses materiais censurados não permanecem inertes no inconsciente, mas continuam a ser progressivamente impulsionados, sendo objetos de um investimento libidinal cada vez maior.

Os estímulos instituais que surgem no interior do organismo não podem ser liquidados por esse mecanismo. Portanto, colocam exigências bem mais elevadas ao aparelho nervoso, induzem-no a atividades complexas,



interdependentes, as quais modificam tão amplamente o mundo exterior, que ele oferece satisfação à fonte interna de estímulo, e sobretudo obrigam o aparelho nervoso a renunciar à sua intenção ideal de manter a distância os estímulos, pois sustentam um inevitável, incessante afluxo de estímulos (FREUD, 2010a, p. 56).

Contra a ameaça do retorno do censurado, o Eu, correndo o risco de desagregar seu regime, toma duas atitudes conjuntas: reforçar a censura a partir de um “contrainvestimento, através do qual o sistema Pcs se proteja do assalto da ideia inconsciente” (FREUD, 2010a, p.120), e redirecionando a libido investida na ideia reprimida para uma meta aprovada pelo exame da censura. Esse deslocamento, denominado sublimação, corresponde a uma forma de dar vazão aos estímulos primordiais em atividades socialmente adequadas. Dessa forma, é preciso compreender os instintos como os autênticos motores não apenas do progresso de um sistema nervoso, mas de toda uma sociedade.

Neste ponto, a semelhança entre o processo de civilização e o desenvolvimento libidinal do indivíduo tinha que fazer-se evidente para nós. Outros instintos são levados a deslocar, a situar em outras vias as condições de sua satisfação, o que na maioria dos casos coincide com a nossa familiar sublimação (das metas instintuais), e em outros se diferencia dela. A sublimação do instinto é um traço bastante saliente da evolução cultural, ela torna possível que atividades psíquicas mais elevadas, científicas, artísticas, ideológicas, tenham papel tão significativo na vida civilizada. Cedendo à primeira impressão, seríamos tentados a dizer que a sublimação é o destino imposto ao instinto pela civilização (FREUD, 2010b, p 59-60).

Contudo, a sublimação nunca consegue deslocar totalmente a libido investida na pulsão censurada, dando assim origem às várias psicopatologias que a humanidade experiencia. Produzindo, no nível individual, as mais variadas angústias, e no nível social uma rachadura que porta dentro de si a capacidade virtual do colapso civilizatório. Por isso, Freud compreende que o princípio libidinal que organiza e impulsiona o mundo social é o mesmo que é capaz de fragmentá-lo. Adorno reconhece na aporia desse pessimismo cultural não um impasse do pensamento, mas uma potência crítica contra o otimismo sublimatório da filosofia prática de Hegel.

Se o problema da *Dialética do Esclarecimento* é apresentado como a tentativa de compreender os porquês do avanço da barbárie na era do progresso acelerado e interrompido do pensamento racional, sua elaboração se organiza como uma psicanálise dialética do

espírito racionalidade técnica. Ou seja, o que Adorno buscar iluminar são as intempéries e fracassos dos modelos de experiência que o esclarecimento desenvolve para realizar seu objetivo histórico de livrar os homens do medo a partir da dissolução da obscuridade irracional dos mitos, substituindo a imaginação fantasiosa pelo poder do saber científico (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 11). Como afirmado anteriormente, as teses centrais do texto giram em torno da percepção do entrelaçamento dialético entre os conceitos de mito e esclarecimento, de forma que o mito já é uma forma de esclarecimento e o esclarecimento é incapaz de retirar o mito de seu interior. Isso decorre, segundo Sherrat (2002, p.73-4), a partir da constatação de que o esclarecimento, ao buscar eliminar os aspectos retroativos do mito, fracassa, reinscrevendo regressivamente os elementos míticos em seu interior, tornando-se o oposto absoluto de sua autoconcepção.

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que seu em-si torna para-ele. Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato da dominação. Essa identidade constitui a unidade da natureza (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 21).

A interpretação dessa conversão toma a forma de uma narrativa histórica (SHERRAT, 2002, p.79). Enquanto a ênfase na relação intrínseca do esclarecimento com a dominação é de matriz hegeliana, seu tratamento é desenvolvido com as ferramentas fornecidas por Freud. Em certo sentido, o que Adorno opera é a ampliação da teoria freudiana do surgimento do Eu, transformando uma investigação de cunho individualista em uma análise sobre a subjetividade de todo o mundo esclarecido. O Eu freudiano e o esclarecimento dividem a mesma meta primordial: a segurança. Aparece. Portanto, a necessidade primária de estabelecer controle, instituindo assim uma relação instrumental com a natureza, tanto a externa quanto a interna. Enquanto o pensamento mítico via na natureza “múltiplas afinidades entre os entes” (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 22), onde cada relação entre seres propulsionava uma transformação conjunta, o esclarecimento apenas enxerga apenas uma matéria caótica. Contudo, há um custo pela ordem e segurança que a unificação da natureza.



A expressão desse custo se apresenta como um empobrecimento, um abandono do prazer de qualquer tipo de experiência substancial (SHERRAT, 2002, p. 82). Da mesma forma que o Eu julga censurar os impulsos que impedem um agir eficiente e seguro no mundo como a decisão mais possivelmente racional e econômica, o esclarecimento entende como sua meta o estabelecimento da unidade da natureza pulsional. Como consequência dessa autocracia do Eu sobre o Id, “o sujeito começa a perder o sentido do mundo como um lugar significativo” (SHERRAT, 2002, p. 82). A partir dessa dominação, as duas instâncias iram se reificar e desenvolver-se paralelamente. Enquanto o Id, cada vez mais restrito, buscará um prazer puramente interior e fantasioso, sem vínculo algum com o mundo exterior, o Eu desenvolverá “uma teia complexa de conhecimento instrumental, um mundo de ciência, lógica e tecnologia” (SHERRAT, 2002, p. 87). Apesar dos complexos mecanismos de controle libidinal estarem em constante vigília, os impulsos das pulsões persistem, mas agora introjetados nos modelos organizados pelo Eu. Dessarte, o mundo instrumental organizado pelo esclarecimento tem como seu coração um submundo obscuro e irracional que bombeia os mais violentos desejos para os dispositivos de dominação da realidade.

A história da civilização é a história da introversão do sacrifício. Ou, por outra, a história da renúncia. Quem pratica a renúncia dá mais de sua vida do que lhe é restituído, mais do que a vida que ele defende. Isso fica evidente do contexto da falsa sociedade. Nela cada um é demais e se vê logrado. Mas é por uma necessidade social que quem quer se furte à troca universal, desigual e injusta, que não renuncie, mas agarre imediatamente o todo inteiro, por isso mesmo há de perder tudo, até mesmo o resto miserável que a autoconservação lhe concede (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 54).

Como apresentado em seu capítulo introdutório da Dialética do Esclarecimento, a terra totalmente esclarecida é representada sob o signo de uma calamidade triunfal (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 54). O sujeito esclarecido, paranoico devido a sua relação projetiva com o mundo, apenas conseguindo compreender o exterior por meio dos fins da cegueira cinza da instrumentalidade, se encontra em uma situação paradoxal.

Ele incha e se atrofia ao mesmo. Ele dota ilimitadamente o mundo exterior de tudo aquilo que está nele mesmo; mas aquilo de que o dota é o perfeito nada, a simples proliferação dos meios, relações, manobras, a práxis sinistra sem a perspectiva do pensamento. A própria dominação que, mesmo sendo absoluta, é em sentido próprio, sempre um mero meio, torna-se nessa



projeção irrefreada, ao mesmo tempo, seu próprio, seu próprio fim e o fio de outrem, ou melhor, o fim em geral (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p. 156).

A via do desespero que o sujeito esclarecido percorre, diferente de sua idealização na filosofia hegeliana, não tem em seu fim a garantia da conciliação do terror da violência na forma da vida ética, mas apenas a catástrofe. Em circunstâncias particulares, mas de forma alguma acidentais ou imprevisíveis, esse processo encontra seu coroamento último no horror nazista. Como consequência dos contínuos inchaços e atrofiamentos, da contínua quebra das barreiras que separam subjetividade e mundo, os sujeitos são purgados de qualquer elemento restante de individualidade, e, conseqüentemente, de racionalidade. Surge o fenômeno moderno da massa. Freud (2013, p. 69) encontra na massa um fenômeno singular de uma transformação radical da atividade psíquica, onde a afetividade dos indivíduos se intensifica extraordinariamente e sua capacidade racional se nulifica, resultando em uma suspensão das inibições das pulsões. A massa, guiada unicamente pelo inconsciente, conhece apenas dois critérios: a violência e a identidade, ao passo que “para que os membros casualmente reunidos de uma multidão formem algo como uma massa no sentido psicológico, a condição exigida é que esses indivíduos tenham algo em comum, um interesse comum por objeto” (FREUD, 2013, p.61-2). Nessa identidade que se forma nesse duplo processo, do apagamento da racionalidade e a abertura das barragens da libido das pulsões violentas, Adorno encontra o ponto de partida para a formação da coletividade que, ignorante de sua própria racionalidade, seria capaz de produzir os horrores do século 20. Dessa forma, a barbárie emerge das luzes ofuscantes.

Na medida em que agredem cegamente e cegamente se defendem, perseguidores e vítimas pertencem ao mesmo circuito funesto. O comportamento antissemita é desencadeado em situações em que os indivíduos obcecados e privados de sua subjetividade se veem soltos enquanto sujeitos. Para as pessoas envolvidas, seus gestos são reações letais e, no entanto, sem sentido, como as que os behavioristas constatarem sem interpretar. O antissemitismo é um esquema profundamente arraigado, um ritual da civilização, e os pogroms são os verdadeiros assassinatos rituais. Nele fica demonstrada a impotência daquilo que poderia refreá-los, a impotência da reflexão, da significação e, por fim, da verdade. O passatempo pueril do homicídio é uma confirmação da vida estúpida a que as pessoas se conformam (ADORNO e HORKHEIMER, 1985, p.141-2).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se, portanto, que o paradigma fundamental da Dialética do Esclarecimento tem, em grande medida, a sua origem e o seu desenvolvimento em um diálogo crítico com o corpo conceitual da psicanálise. Enquanto, em seu começo, esse diálogo aparentemente assume tons exclusivamente acadêmicos, suas considerações históricas e sociais são reveladas em seu caminhar. O que em 1927 aparece como uma crítica às naturalizações da crise do capital, manifestada sob as formas do fascismo e do imperialismo, em 1944, após a chaga deixada pelo Holocausto, se torna uma crítica à estupidez e ao cinismo do esclarecimento burguês frente ao terror, tanto por sua ignorância quanto por cumplicidade.

Como foi apresentado, Adorno elabora esse novo paradigma de teoria social a partir de um processo transcrito, onde Hegel, a partir de uma filosofia que toma a liberdade e o agir humano como atividades eminentemente sociais e históricas, frutos do desenvolvimento de um tortuoso processo, consegue purificar a psicanálise de seu individualismo metodológico e de seu naturalismo anistórico, e Freud, a partir de sua constatação da impossibilidade de uma resolução do conflito entre as demandas das pulsões e as demandas da consciência, impossibilita que a doutrina do espírito absoluto possa postular logicamente uma conciliação futura. Para Adorno essa antecipação da liberdade traz uma desvantagem dupla: 1) quanto mais antecipa logicamente a forma da liberdade futura, mais reificado o desenvolvimento imanente da liberdade se torna; 2) na medida em que otimistamente postula a conciliação, sublimando a sua negatividade em uma positividade superior, se torna cega para o sofrimento concreto e atual.

Assim como a Habilitação torna claro, por um lado, que a emergência das filosofias obscurantistas do inconsciente se deve a uma configuração específica do tecido social e da estrutura produtiva, enquanto por outro, enfatiza que a sua eliminação só é possível por meio da transformação do estado de coisas que as produz, a Dialética do Esclarecimento desobscurece o jogo de forças objetivas e subjetivas que causaram o nazismo. Enquanto o marxismo tradicional era capaz de determinar que as crises produtivas eram uma consequência imanente do capitalismo, e o leninismo conseguia evidenciar a ditadura fascista como a forma política que decorria das crises, apenas Adorno e Horkheimer, no



limiar do fim da guerra, conseguiram elaborar uma teoria capaz de esclarecer os mecanismos psíquicos que impulsionaram o extermínio de 6 milhões de judeus, uma catástrofe até então considerada como uma brutalidade puramente irracional. Após a guerra, na medida em que o mesmo estado de coisas se manteve, Adorno toma Auschwitz como o signo que marca a anti-ticidade (Unsittlichkeit) de nossa época e de nosso futuro.

Recebido em: 10/05/2023

Aceito em: 07/09/2023

Publicado em: 24/12/2023



REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. Mensagem numa garrafa. In: ZIZEK, Slavoj (org). Um Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ADORNO, Theodor. Primeiros escritos filosóficos. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- BENJAMIN, Walter. Origem do drama trágico alemão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013b.
- BUCK-MORSS, Susan. The origin of negative dialectics: Theodor W. Adorno, Walter Benjamin and the Frankfurt Institute. New York: The Free Press, 1977.
- FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.
- FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.
- FREUD, Sigmund. O eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925). São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. Porto Alegre: RS: L&PM POCKET, 2013.
- HEGEL, G. W. F. Fenomenologia do espírito. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HEGEL, G. W. F. Linhas fundamentais da filosofia do direito: direito natural e ciência do Estado no seu traçado fundamental. São Paulo: Editora 34, 2022.
- HYPOLITE, Jean. Ensaios de psicanálise e filosofia. Rio de Janeiro: Livrarias Taurus-Timbre Editores, 1989.
- HELD, David. Introduction to critical theory: Horkheimer to Habermas. Cambridge: Polity, 2004.
- JAY, Martin. Adorno. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- JAY, Martin. A Imaginação dialética: história da escola de frankfurt e do instituto de pesquisas sociais. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

MEZAN, Renato. Freud: A trama dos conceitos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

NOBRE, Marcos. A dialética negativa de Theodor W. Adorno: A ontologia do estado falso. São Paulo: Editora Iluminuras Ltda., 1998.

PETTAZZI, Carlo. Th. Wiesengrund Adorno. Linee di origine e di sviluppo del pensiero (1903-1949). Firenze: La Nuova Italia, 1979.

SHERRATT, Yvonne. Adorno's positive dialectic. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WILLIAMS, Robert. Recognition: Fichte and Hegel on the Other. Albany: State University of New York Press, 1992.